



²⁰ . Fórmula sobre a qual se abre a primeira sessão dos *Fondements de la métaphysique des mœurs*.

²¹ . Cf. RICOEUR, P., *La Mémoire, l'histoire et l'oubli*, op. cit., p. 642.

Endereço do Autor:

R. João Cândio dos Santos, 280
88040-300 Florianópolis - SC
E-mail: bartel@intergate.com.br

ENCONTROS
Teológicos

**Eusébio de Cesaréia,
HISTÓRIA ECLESIAÍSTICA**

Trad. das Monjas Beneditinas do Mosteiro Mãe de Cristo,
Introd. e Notas de Roque Frangiotti

Col. "Patrística", vol. 15, Paulus, SP, 2000, 1 vol. enc. 135x205 mm, 515 p

Durante muito tempo faltava-nos a tradução brasileira da *História Eclesiástica* de Eusébio. De repente, contamos agora com três edições: a da Casa Publicadora das Assembléias de Deus, CPAD, RJ, 1999; a da Editora Novo Século, SP, 1999. E ainda a da editora Paulus, SP, 2000, constituindo o vol. 15 da col. "Patrística".

Tratando-se de obra fundamental de historiografia da Igreja primitiva, vale a pena recensear essas traduções brasileiras, visando melhorá-las nas futuras, prováveis, reedições. Da tradução da CPAD, fiz uma recensão que foi publicada nesta revista (REB, fasc. 238, junho de 2000, pp. 472-479. Não tendo podido compulsar a tradução da editora Novo Século, volto-me agora para a tradução da Paulus.

Encadernação excelente, como a dos demais títulos da Coleção, o volume contém, além do texto de Eusébio, uma "Apresentação" da própria Coleção, que se repete nos vários volumes, e que faz uma distinção, por sinal não muito clara, entre "Patrologia" e "Patrística". Em todo caso, a Coleção se apresenta como "Patrística".

A "Apresentação" começa referindo-se à grande Coleção francesa *Sources Chrétiennes*, iniciada pelos anos 40, e já com 400 títulos. Pelo que vejo nas Notas e pelo que suponho dos outros volumes desta Coleção da Paulus, esta edição brasileira deve ser a tradução do volume correspondente de *Sources Chrétiennes*, no caso, o vol. 71bis (assim nos informa a Bibliografia da p. 27), de Gustav Bardy, mas isto não é dito. Quanto a Bardy, Delgado (DELGADO, A.G., Eusébio de Cesaréia, *História Eclesiástica*, vol. I, BAC, Madrid, 1973, p. 64*) nos esclarece que essa tradução francesa saiu em 4 volumes, respectivamente sob os números 31, 41, 55 e 73 de





Sources, nos anos 1952-1960. Em todo caso, esta tradução se apresenta como sendo do original grego, *Ekklesiastikê Historia*, o que é muito inverossímil aqui no Brasil. No máximo, as tradutoras podem ter compulsado o original, se é que o fizeram.

Quanto à Introdução, de Roque Frangiotti, nas pp. 9-28, faço algumas observações, sem pretender ser exaustivo: 1) na p. 9, Diocleciano virou “Domiciliano”, evidentemente por falha na revisão. 2) na p. 12, a 1ª linha está mal redigida: não deve ser “onde foi sentenciada”, em vez de “sentenciando-se”? 3) na p. 13, na 5ª linha, falta um “não”: “não de não lamentar o naufrágio... mas ao menos...” 4) na p. 14, no meio, “Escrituras hebraicas”, evidentemente, em vez de “herbaicas”. 5) na p. 17, na 2ª linha, o título em português da obra mencionada deveria ser “Éclogas” e não “Eclogne”. 6) ainda na p. 17, no ponto 4, a obra de Híerocles toma o nome do “governador” da Bitínia, não do “imperador”. 7) na p. 19, na última alínea, a data do discurso pronunciado em Tiro é, evidentemente, entre 314 e 315, e não “entre 414 e 415”. 8) na p. 20, em baixo, ao falar da “tendência iconoclasta” de Eusébio, se afirma, sem atenuantes, que ele estava “na verdadeira tradição cristã, hostil às artes, à pintura”... será esta a “verdadeira tradição cristã”? 9) na p. 21, no ponto 1, fala-se da Bíblia e de seus “monumentos” próprios... que “monumentos”? 10) na p. 23, temos duas informações conflitantes: a data de composição do 10º livro é situada, corretamente, entre os anos 312 e 317, não se entendendo como “os sete primeiros livros” já estariam publicados “antes da perseguição de Diocleciano” em 303... 11) na p. 26, na 6ª linha: “aos quais o Império reconhece”, seria melhor do que “à qual...”; na 8ª linha, que sentido tem a estranha expressão latina “*auditia episcopalis*”? não seria “*auditio episcopalis*”? No final da alínea, colocar um ponto após “a liberalidade dos imperadores”. A seguir, em vez do “que” incompreensível, nova frase: “Esses bens, embora pertencentes... ao mesmo tempo que desfrutam...” E ainda, no fim da alínea seguinte, em vez de “repondo a celebração”, melhor seria: “em lugar da celebração...”

Na Bibliografia (pp. 27-28), escaparam alguns erros de revisão: 1) na obra de Allevi, “storiografia”, e não “storigrafia”. 2) na obra de Farina, “la svolta di Nicea”, e não “Necea”. 3) na obra de Laurin, “apologistes chrétiens”, e não “chrétiennes”. 4) na obra de Mannucci, “epoca antenicena”, não “antinicena”.

Quanto ao texto do próprio Eusébio, esta tradução contém a indicação dos parágrafos de cada capítulo, possibilitando citar a obra com a tríplice indicação, necessária, de livro, capítulo, parágrafo, o que não ocorreu na tradução da CPAD, como observei na recensão respectiva. Infelizmente, porém, as referências no topo das páginas, à direita, indicam só os capítulos, deixando de indicar o livro respectivo!



A tradução como tal, parece-me ser a versão brasileira da tradução francesa de Bardy, como já observei acima. Um indício, por exemplo, é a constante tradução de *presbýteros* por “sacerdote”, certamente porque o tradutor francês só dispunha do vocábulo “prêtre” para traduzir tanto *presbýteros* como *hiereus*, limitação que nós em português não temos. De fato, podemos, e devemos, traduzir *presbýteros* por “presbítero” e *hiereus* por “sacerdote”, sem misturar os termos! Assim, por exemplo, na p. 290, no final do parágr. 4 (livro VI,8,4), Orígenes é ordenado “presbítero” e não “sacerdote”, pois o texto original o diz com clareza, literalmente: “impuseram-lhe as mãos para o presbiterato”, em gr. *presbytérion*... Da mesma forma, no final do parágr. 5 (livro VI,8,5): “os que o promoveram ao presbiterato”, não “ao sacerdócio”. E assim constantemente, até o final do livro.

Outras observações:

1) na p. 37, parágr. 22 (livro I,2,22), a tradução do original grego, de fato complexo, deixa a desejar. O termo traduzido por “religião” é *theosébeia*, que aparece duas vezes, e que seria antes “culto da divindade”, ou “adoração de Deus”.

2) na p. 39, parágr. 4 (livro I,3,4), a forma do nome anterior de Josué, “Ausé”, que se encontra nos Setenta, mereceria uma Nota. Jerônimo a substituiu por “Oséias”, como o faz também a tradução da CPAD.

3) na p. 48, na Nota, a batalha mencionada é a de Ácio, não “Ócio”.

4) na p. 55, no fim do parágr. 13 (livro I,7,13), o termo “georos”, lit. *gheiôras*, mereceria uma Nota. Tomado dos Setenta, é evidentemente uma adaptação do hebr. *gher*, estrangeiro.

5) ainda na p. 55, parágr. 14 (livro I,7,14), o termo *despósynoi* designa os servos, que pertencem a um senhor, *despôtês*.

6) na p. 65, parágr. 2 (livro I,12,2), “livro das *Hipotypoyses*”, e não “Hipostyposis”.

7) na p. 69, parágr. 18 (livro I,13,18), o termo “podagra”, correto em medicina, poderia ter sido traduzido mais claramente: “gota nos pés”.

8) na p. 72, no fim do parágr. 1 (livro II,1,1, após o prólogo), corrigir “vitoriosos” por “vitoriosos”. E aí, tratando-se do proto-mártir Estêvão, por que não manter o termo literal “mártires”, em vez de “testemunhas”?

9) na p. 88, na Nota, o título da obra de Greimer deveria ser citado no original francês: “*Les religions étrusque et romaine*”. Se traduzido, a tradução deveria ser correta: “As religiões etrusca e romana”, e não “etruscas e romanas”.



10) na p. 101, parágr. 4 (livro II,20,4), o coletivo “espécie de assaltantes” deveria levar o verbo para o plural: “matavam os que encontrassem”.

11) na p. 105, no fim do parágr. 7 (livro II,23,7), valeria a pena breve nota sobre “Oblías”, provável corruptela de “Abdias” (cf DELGADO, op. cit., p. 108)

12) ainda na p. 105, no fim do parágr. 8 (livro II,23,8), em vez de “que ele era”, fica melhor: “que esta – a porta – era o Salvador”.

13) na p. 111, a Nota contém a citação de uma revista francesa ou italiana, cujo título está traduzido, não ajudando para a pesquisa. A citação de Zeiller é tirada da “História da Igreja” de Fliche e Martin, não “Flicher”.

14) na p. 14, na tradução do título da obra de Lagrange, “cânon” seria melhor que “cânone”.

15) na p. 132, no fim do parágr. 5 (livro III,10,5), as vírgulas estão mal colocadas, dificultando a leitura.

16) na p. 134, no título do capít. 11 (livro III,11), o nome do segundo bispo de Jerusalém é “Simeão”, conforme aparece nas menções a seguir, e não “Simão”.

17) na p. 137, parágr. 1 (livro III,20,1), o termo transcrito *evocatus* mereceria uma nota: era um soldado veterano, mobilizado de novo para serviços administrativos (cf. DELGADO, op. cit., p. 151).

18) na p. 146, a Nota está inclara. Em vez de “opunham-se à verdade”, deveria ser “pareciam opor-se à verdade”. Na citação de Orígenes, o verbo “transpuseram” não está claro. E o título da famosa obra de H. de Lubac está mal traduzido: não é “História do Espírito”, mas “História e Espírito”. E não é “de acordo com” mas “segundo” Orígenes.

19) na p. 147, no parágr. 17 (livro III,24,17), leia-se “a primeira das cartas”, e não “das e cartas”.

20) na p. 153, parágr. 3 (livro III,29,3): “jamais... outra mulher senão aquela”, em vez de “que aquela”.

21) na p. 156, no título do cap. 32 (livro III,32), o nome de “Simeão” está grafado erradamente “Simão”, como já observei na p. 134.

22) na p. 161, parágr. 8 (livro III,36,8), a palavra de Inácio sobre as feras: “eu as provocarei”, em gr. *kolakeusô* (lit. “adularei”), melhor do que “acariciarei”.

23) na p. 163, parágr. 14 (livro III,15,14): “vós também me escrevestes”, e não “escreveste”.



24) na p. 164, no final do parágr. 3 (livro III,37,3): “as multidões... acolhiam espiritualmente”, e não “acolhia”.

25) na p. 171, no título do cap. 1º (livro IV,1): “Bispos” de Roma, e não “Bispo”.

26) na p. 173, na Nota, entre os nomes dos “Padres Apologistas”, aparece “Hérmias”, em vez de “Hermas”.

27) na p. 175, na Nota, “Bar-Kochba”, e não “Kachba”.

28) na p. 177, no fim do parágr. 7 (livro IV,7,7), “carnes oferecidas aos ídolos”, e não “as ídolos”.

29) na p. 182, parágr. 3 (livro IV,9,3), “cuida de puni-lo”, e não “cuide...”

30) na p. 230, parágr. 45 (livro V,1,45), valeria a pena uma nota explicando a expressão “Virgem Mãe” aplicada à Igreja, como no livro III,32,7, a expressão “Virgem pura e incorrupta”. Aqui, no próprio texto poderia inserir-se a explicação: “a Virgem-Mãe Igreja”.

31) na p. 269, parágr. 1 (livro V,24,1), duas vezes aparece o nome de Polícrates com a forma estranha de “Policrato”. O mesmo se observe no fim da Nota 64, na p. 268, e também na p. 270, parágr. 6 (livro V,24,6).

32) na p. 277, primeira linha (livro V,28,12): “pelos golpes que lhe foram infligidos”, e não “que lhes...”

33) na p. 287, na Nota, “o soldado Basíledes”, e não “o soldao”.

34) na p. 290, parágr. 4 e 5 (livro VI,8,4 e 5): como já observei acima, no final de ambos os parágrafos aparecem os termos “sacerdote” e “sacerdócio”, que não correspondem ao texto de Eusébio, o qual fala de “*presbítero*” e “*presbiterato*”.

35) na p. 295, parágr. 1 (livro VI,12,1), o nome de “Domno” aparece estranhamente com a forma latina “Domnus”, enquanto na Nota de rodapé retorna com a forma normal “Domno”.

36) na p. 298, na Nota, o nome de Fílon, assim grafado normalmente, aparece aqui como “Fílão”.

37) na p. 302, parágr. 3 (livro VI,16,3), em vez de “aos”, leia-se “às” Héxaplas, que é feminino em português. Embora o original use o termo no plural, prefiro a tradução da CPAD que usa o singular: *Héxapla*, isto é, a Bíblia héxapla, ou seja, sêxtupla, em seis colunas.

38) ainda na p. 302, parágr. 4 (livro VI,16,4), a tradução de *kôla* deveria ser “parágrafos”, não “versículos”. Além disso, em vez de “o exemplar denominado Héxaplas” leia-se: “a cópia da chamada Héxapla”, ou seja, “das



chamadas Héxaplas”; ...”juntamente com a dos Setenta”, e não “com as dos...”

39) ainda na p. 302, na Nota: “o manuscrito”, não “manucristo”, e “permaneceu”, não “permanece”, porque a biblioteca de Cesaréia há muito tempo foi destruída. No final da nota: “e assim não restam hoje...” em vez de: “embora não restem...”

40) na p. 307, parágr. 16 (livro VI,19,16), no final do parágrafo, Eusébio não fala de “ordenação sacerdotal” mas de “imposição das mãos do presbitério”, ou seja, a ordenação presbiteral.

41) na p. 308, na Nota: em vez de “os sacerdotes não pregavam”, leia-se “os presbíteros”. Na mesma Nota, a seguir, a menção de Agostinho “como padre” de Hipona soa anacrônica: melhor, “como presbítero”.

42) na p. 312, parágr. 2 (livro VI,25,2), valeria a pena uma Nota explicando a transliteração grega que Orígenes faz, de oitava, dos títulos hebraicos dos livros bíblicos. Nessa transliteração, penso que, numa edição brasileira, o ditongo grego *ou* deveria ser transcrito como soa, *û*, embora fique melhor manter o *k*, em vez do *c*.

43) na p. 315, na Nota: Orígenes transferiu-se definitivamente “para” Cesaréia, não “em” Cesaréia.

44) na p. 318, na nota: Júlio Africano “elaborou”, e não “elaborava”.

45) na p. 330, parágr. 18 (livro VI,41,18): o nome da mártir “Denise”, no original é “Dionísia”. Se se mantém “Denise”, valeria a pena uma Nota.

46) na p. 333, parágr. 4 (livro VI,42,4), a menção dos “sarracenos” mereceria uma Nota, como já observei na recensão da edição da CPAD: trata-se aí dos árabes da época, não egípcios, e ainda não muçulmanos, pois se está ainda no século III. O termo “sarraceno”, empregado aí por Eusébio, só desde a Idade Média passou a designar os árabes muçulmanos.

47) na p. 334, na Nota: Harnack, “a partir deste cap. 43,1”, e não “43,11”. O título alemão da obra de Harnack é *Mission und Ausbreitung*, e não “Ausbreitung”.

48) na p. 344, cap. 3 (livro VII,3), se fala de Cipriano como “pastor da comunidade de Cartago”, traduzindo o gr. *paroikia* como “comunidade”, melhor do que “igreja de Cartago”, como o faz a CPAD e Delgado. Melhor ainda se traduzisse “em” Cartago, para maior aderência ao original.

49) na p. 347, na nota, o título em francês da revista citada termina com o adjetivo plural *chrétiennes*, e não “chrétien”.

50) na p. 348, na nota, “os trãsufugas do catolicismo” não soa anacrônico? Melhor: “os trãsufugas do cristianismo”, ou “da Igreja”.



51) na p. 351, parágr. 6 (livro VII,10,6), em vez de “inimigo da Igreja universal”, que agora, fora do contexto, pareceria alusão à IURD, leia-se, traduzindo-se literalmente Eusébio, “inimigo da sua Igreja católica”, ou, “da Igreja católica, a sua Igreja”.

52) na p. 354, na nota, o termo gr. é *koimêtêrion*, não “kome...”, e vem do gr. *koimáô*, dormir, portanto, “dormitório”, lugar onde “se dorme” o sono da morte.

53) na p. 371, na Nota, “Galieno”, e não “Galiano”. Nas frases seguintes, por causa do sujeito plural, “Alguns imperadores”, o verbo deve ir para o plural: “não quiseram agradecer...” “Fizeram proceder...”

54) na p. 372, parágr. 6 (livro VII,24,6): “convoquei os presbíteros e os mestres...” e não “os sacerdotes”.

55) na p. 381, no final do parágr. 1 (livro VII,28,1): “juntamente com presbíteros e diáconos...” e não “com sacerdotes...”

56) na p. 382, parágr. 2 (livro VII,30,2), ao mencionar por duas vezes os três graus da hierarquia, Eusébio, citando Dionísio de Alexandria, fala de “bispos, presbíteros, e diáconos”, não de “sacerdotes”.

57) na p. 385, no início do parágr. 13 (livro VII,30,13), Eusébio usa o termo coletivo *tó hierateïon* - o sacerdócio, o clero - para designar presbíteros e diáconos, não *hierêis*, sacerdotes.

58) na p. 388, na nota, o nome do heresiarca Manes saiu, indevidamente, acentuado “Manés”.

59) na p. 389, parágr. 2 (livro VII,32,2), Eusébio menciona Doroteu, “julgado digno do presbiterato em Antioquia”, não do “sacerdócio”.

60) na p. 390, na Nota, os dois adjetivos “católico e ortodoxo”, apostos a “cristão”, no séc. III, parecem desnecessários e anacrônicos. Na mesma Nota, a editora da obra de Ghellinck é Gembloux, não “Gembroux”.

61) na p. 395, no parágr. 25 (livro VII,32,25), sobre Pânfilo, leia-se “honrado do presbiterato em Antioquia”, não “do sacerdócio”. Da mesma forma, no parágrafo seguinte: “entre os presbíteros de Alexandria”, e não “entre os sacerdotes”.

62) na p. 396, parágr. 30 (livro VII,32,30), Eusébio fala de Aquilas “ornado do presbiterato”, e não “do sacerdócio”.

63) na p. 407, parágr. 8 (livro VIII,6,8), “havendo alguns... tentado apoderar-se”, e não “tentando”.

64) ainda na p. 407, parágr. 9 (livro VIII,6,9), na lista das várias ordens



da hierarquia, traduziu-se *presbíteroi* por “padres”, mas é melhor traduzir literalmente: “presbíteros”.

65) na p. 419, parágr. 2 (livro VIII,13,2), é mencionado Luciano de Antioquia, um “presbítero excelente”, não “sacerdote”.

66) na p. 422, na primeira linha da Nota 114, leia-se “dividido”, e não “divídio”.

67) na p. 439, no final do cap. 3 (livro IX,3), “para lisonjear os gostos do seu senhor”, e não “mestre”, em gr. *kratoúntos*.

68) na p. 442, parágr. 3 (livro IX,6,3), Eusébio menciona de novo Luciano, “presbítero”, não “sacerdote”, da “comunidade de Antioquia”.

69) na p. 455, parágrafos 7 e 9 (livro IX,9a,7 e 9), aparece o termo de cortezia do Imperador ao subalterno Sabino, *kathosíôsis*, traduzido por “Excelência”, quando o sentido é “devoção”, “devotamento”, “dedicação”.

70) na p. 465, na Nota: de novo, o termo *presbíteros*, que Eusébio aplica a Paulino, vem indevidamente traduzido como “sacerdote”.

71) na p. 468, parágr. 3 (livro X,3,3), no texto “os ritos sagrados dos sacerdotes”, Eusébio não usa o substantivo *hierêús*, sacerdote, mas o particípio *hierôménos*, consagrado.

72) na p. 469, parágr. 2 (livro X,4,2), Eusébio emprega, aí sim, a terminologia sacerdotal do Levítico, e se dirige aos bispos e presbíteros presentes como “sacerdotes”, *hierêis*.

73) na mesma p. 469, na Nota, trata-se da descrição da “vestimenta”, não do “costume” sacerdotal do Levítico.

74) na p. 472, no final do parágr. 11 (livro X,4,11), em vez de “para indene obter a salvação...” melhor: “para obter, sem prejuízo próprio, a salvação...”

75) na p. 476, pela metade do parágr. 23 (livro X,4,23), um texto aliás difícil, Eusébio não fala de “segundo lugar dentre os outros sacerdotes terrenos”, mas da “segunda posição neste recinto sagrado”.

76) na p. 482, no fim do parágr. 44 (livro X,4,44), Eusébio não fala do “povo” que não deveria ter acesso ao altar, mas da “multidão”, em gr. *hoi polloí*.

77) na p. 483, parágr. 45 (livro X,4,45), em vez do difícil vocábulo “êxedras”, seria melhor escrever o seu equivalente: “pórticos circulares”... ou então explicá-lo em Nota.



78) na p. 487, no início do parágr. 60 (livro X,4,60), quanto aos “imperadores”, suprimir o incompreensível “não elevados em dignidade”, que não existe no texto, e acrescentar o adjetivo “supremos”, ou “altíssimos”: “as almas dos supremos imperadores”. Na metade do mesmo parágrafo, em vez de “tornou público”, melhor: “trouxe a público os seus íntimos, anteriormente a ele consagrados por toda a vida” e não “como sacerdotes vitalícios”: não consta o substantivo *hierêis*...

79) na p. 492, no parágr. 6 (livro X,5,6), o tratamento do destinatário da carta é “Tua Fidelidade”, ou “Dedicação”, e não “Excelência”, como já argumentei acima. A mesma observação vale para os parágrafos 8 e 9 da p. 493.

80) na p. 494, parágr. 14 (livro X,5,14): “seja afixado por tua ordem”, e não “por sua”.

81) ainda na p. 494, no início do parágr. 15 (livro X,5,15), bem como no seu final, e ainda no final do parágr. 17, o interpelativo de Anulino é “estimadíssimo”, “honradíssimo”, não “venerando”.

82) na p. 497, no fim do parágr. 23 (livro X,5,23), acrescentar o equivalente da expressão “dois homens da segunda ordem”, isto é, “dos presbíteros”. Quanto aos três “escravos”, o texto fala antes de “criados”, “servos”, em gr. *paídes*, do que “escravos”.

83) na p. 498, no parágr. 1 (livro X,6,1), a tradução no plural “Áfricas, Numídias, e Maurítânias” merece uma Nota: esse plural é devido à divisão de cada um desses territórios, por decreto de Diocleciano, em duas ou três províncias. No mesmo parágrafo, não tem sentido o termo latino “*rationalis*”, qualificando o alto funcionário Urso: melhor traduzi-lo por “tesoureiro geral”. Também o termo “*folles*” mereceria uma Nota: é uma moeda de bronze, da época de Diocleciano.

84) na p. 499, no final do parágr. 5 (livro X,6,5), continua o tratamento na segunda pessoa: “Deus te guarde...” e não: “Deus o guarde”.

85) ainda na p. 499, no início do parágr. 1 (livro X,7,1), o interpelativo de Anulino é “estimadíssimo”, “honradíssimo”, não “venerando, como já observei acima. E na Nota 144, a isenção é mais dos “encargos” do que dos “cargos” públicos.

86) na p. 500, no início do parágr. 2 (livro X,7,2), o tratamento é na segunda pessoa: “dentro da província que te foi confiada”, não “que lhe foi”...

Estas observações foram as que mais me caíram em vista. O olhar atento de um bom revisor descobrirá, porém, várias outras pequenas falhas, a serem corrigidas numa futura reedição. De resto, parabéns à Paulus por enriquecer a col. “Patrística” com esta insubstituível obra de Eusébio.



Comparando-se esta edição com a da CPAD, mencionada no início, já observei a vantagem maior desta pela divisão, imprescindível, do texto em parágrafos. Um subsídio interessante, porém, que a edição da CPAD tem, e esta não tem, são os vários apêndices: 1) a *Tabela Cronológica* do período coberto por Eusébio, até o ano 324 (CPAD, pp. 404-408); 2) a lista dos *Bispos* citados por Eusébio: os de Jerusalém, de Antioquia, de Roma, de Alexandria, de Laodicéia, e de Cesaréia (CPAD, pp. 409-410); 3) a lista dos *Autores e Obras* citados por Eusébio (CPAD, pp. 411-415). Outra preciosidade que a edição da CPAD tem, e esta da Paulus não tem, é a inclusão do *Livro dos Mártires*, do mesmo Eusébio, com 13 capítulos, inserido entre os Livros VIII e IX da “História” (CPAD, pp. 321-347).

Concluindo, cabe-me apenas renovar os parabéns à Paulus por mais esta edição brasileira da preciosa obra desse “colosso de leitura e documentação” que foi o bispo de Cesaréia, e fazer votos para que todos os estudantes de Teologia e todos os que amam o Senhor Jesus, de qualquer denominação que sejam, não deixem de compulsar este tesouro precioso de documentos e notícias e comentários de primeira mão de uma testemunha privilegiada da vida da Igreja, no momento histórico do início da sua fase constantiniana. Nestas páginas palpita, em todas as suas dimensões, o testemunho daqueles e daquelas que fizeram acontecer, apesar de suas falhas e pecados, mas tantas vezes com a sua fidelidade e heroísmo – até o martírio – a história humano-divina da Igreja do Senhor.

Pe. Ney Brasil Pereira
Professor de Exegese Bíblica no ITESC

Endereço do Recensor:
ITESC - Cx. Postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS SC
E-mail: neybrasi@terra.com.br



A ARTE DE PREGAR **A Comunicação na Homilética**

Robson Moura Marinho

Sociedade Religiosa Edições Vida Nova, 1999, 192 pp.

Destinatários

A *Arte de Pregar* se destina aos pregadores que desejam acrescentar eficiência à comunicação no púlpito. Logicamente será de grande valia para Ministros da Palavra, Padres e Pastores. E será bem recebido, igualmente, por estudantes e professores de homilética, visto que constitui excelente apoio para a matéria.

O autor

O autor é brasileiro e especialista no assunto. Conhece o ambiente das igrejas brasileiras e as dificuldades e aspirações dos nossos pregadores. É pastor evangélico, professor e jornalista. Já trabalhou com editoras e com comunicação pela TV. É professor pela Universidade de Santo Amaro em São Paulo –SP, Mestre em Teologia e pós-graduado em Psicologia Organizacional. Atualmente reside nos EUA, onde está se doutorando em Comunicação e Educação

O estilo

O texto é escrito por um pregador para pregadores. O ponto forte do livro é a sua natureza prática. O autor não faz rodeios. Vai direto ao que interessa quando se trata da comunicação no púlpito. O estilo é cativante, bem-humorado, pessoal, e a linguagem não emprega desnecessariamente termos técnicos. Os pregadores sentir-se-ão “em casa” ao interagir com o conteúdo desta obra.

A obra

O livro divide-se em 17 capítulos, cada um deles introduzido por uma epígrafe muito bem escolhida que tem a força de sintetizar e memorizar os conteúdos que serão abordados. Esses capítulos do livro estão divididos em três partes.

A primeira parte funciona como um preâmbulo de motivações que despertam para as possibilidades da pregação. Em outras palavras, explora o que se pode fazer com a força da palavra sacra.



Na segunda parte, o autor trata com bastante desenvoltura da questão da comunicação na homilética. Não faz a devida distinção entre sermão, homilia e pregação, mas isso não empobrece a obra. A principal preocupação é ensinar os princípios essenciais da oratória aplicados à homilética, deixando, evidentemente, as marcas próprias de um pastor evangélico.

Tanto a questão da comunicação verbal quanto da não-verbal recebem um tratamento bastante pragmático e automaticamente aplicável nos púlpitos de nossas igrejas. Um detalhe que caracteriza a obra são os títulos de efeito – o que está bastante presente nesta segunda parte e que, também, sinalizam ser o autor um bom entendedor do assunto. Vejamos alguns:

- Como pregar sem atrapalhar o culto
- O audiovisual do pregador
- O aperitivo do sermão
- A sobremesa do sermão.

A terceira parte é dedicada à Bíblia como fonte da pregação. Com propriedade e grande poder de síntese, faz uma abordagem sobre a Teologia da Pregação, os tipos de sermão e suas características. E não deixa de apresentar orientações práticas sobre como organizar o sermão, como fazer uma boa aplicação do texto bíblico e da pregação para o dia-a-dia dos fiéis.

Finalizando. O autor reconhece, no prefácio, que a obra “não tem nada de novo”. Em relação aos conteúdos o autor tem razão, mas não tem em relação à forma de apresentação dos mesmos. O autor é original, tanto na seleção como na forma de apresentação dos assuntos. Apenas a leitura dos títulos dos capítulos e das epígrafes que selecionou para o frontispício de cada capítulo já funcionam como síntese, sábia instrução e apelo para seguimento da leitura.

Pe. Domingos Voney Nandi

Professor de Comunicação e Homilética no ITESC

Endereço do Recensor:

ITESC - Cx. Postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS SC



JUDITE, A MÃO DA MULHER NA HISTÓRIA DO POVO

Sandro Galalazzi e Anna Maria Rizzante

Col. Comentário Bíblico, AT, Vozes/Sinodal, 2001, 1 vol. broch. 135 x 208mm, 143 p.

Sandro já publicou, na mesma Coleção, o comentário ao livro de Ester, “*Ester, a mulher que enfrentou o palácio*”, em 1987; em parceria com Francisco Rubeaux, publicou, ainda nesta Coleção, o comentário ao Primeiro Livro dos Macabeus, com o subtítulo “*Autocrítica de um guerrilheiro*”, em 1993; e agora, em 2001, em parceria com sua esposa Ana Maria Rizzante, comenta o livro de Judite, deuterocanônico, como o é 1 Macabeus e a também a versão grega do livro de Ester.

Quanto aos autores, o texto da contra-capla informa que são ambos “agentes da Comissão Pastoral da Terra e, junto aos povos da terra, da floresta e da água, lêem as Sagradas Escrituras, para animar uma resistência teimosa e alternativa diante dos grandes projetos que se vêm implantando na Amazônia. A formação teológica de ambos iniciou-se na Itália, mas adquiriu o tempero latino-americano após vários cursos de aprofundamento e inúmeras assessorias prestadas a grupos populares. Lendo a Bíblia, juntos, buscam manter-se sempre atentos ao protagonismo que vem da margem, da mulher, do pobre, da criança”.

Há muitos anos viemos nos encontrando nas reuniões anuais dos autores do Comentário Bíblico, reuniões onde a contribuição de Sandro é sempre enriquecedora, polêmica, franca, desbravadora de horizontes. Bastante crítico das instituições, suas posições partem sempre do Evangelho, do pobre, da vida. Seu estilo, nos artigos e nos livros, é inconfundível. Embora italiano, suas frases fluem com naturalidade e originalidade, num fraseado que convida à leitura.

O livro de Judite caiu-lhes nas mãos, a ele e a Ana Maria, como uma luva. Novamente citando a contra-capla, “a teologia de Judite põe em discussão as visões retribucionistas e messiânicas da teologia oficial. Herdeira e continuadora da teologia profética, guardada com teimosia nas casas e nos corações do povo, sobretudo das mulheres, Judite vai reafirmar com segurança e ousadia: *Eu, hoje, vou fazer algo... e o Senhor vai socorrer o seu povo por minha mão* (8,32-33).

O Comentário, de 143 páginas, começa com a Introdução de praxe. Nela os autores começam respondendo a duas perguntas: quando e por que



foi escrito o livro de Judite. Sem fechar a questão, situam o livro na época macabaica, “particularmente fecunda na produção de textos: o livro de Daniel, os dois livros dos Macabeus, a tradução grega do livro de Ester... e vários textos apócrifos, como o livro dos sonhos que pertence ao livro de Henoc” (p.10). Para a descrição do contexto histórico dessa época, os autores remetem ao comentário de Sandro ao Primeiro Livro dos Macabeus e à sua Introdução ao texto grego do livro de Ester (p.10).

Quanto ao motivo do livro, os autores reconhecem que não é fácil identificar com segurança o grupo que o produziu. Mas crêem encontrá-lo no levantamento dos conflitos que subjazem a estas páginas. Nabucodonosor e Holofernes, por exemplo, são figuras simbólicas de Antíoco IV Epífanes (na p. 12 menciona-se equivocadamente Antíoco V) e seus generais, entre os quais o blasfemo e arrogante Nicanor: conflito, pois, com o imperialismo e o militarismo helenista. Conflito, também, com a hierarquia sadocita de Jerusalém (p.12): conflito “muito mais subtil”, mas igualmente presente no livro, que termina com uma celebração popular liderada por Judite, não pelo sacerdócio do Templo. Conflito, ainda, com a teologia oficial, com suas visões “retribucionistas e messiânicas”, às quais se contrapõe a teologia de Judite.

Perguntando pelo autor do livro, os autores do comentário argumentam que, no grupo que o produziu, as mulheres devem ter ocupado lugar de destaque. Isto, porque, além do fato de a protagonista da narração ser uma mulher, viúva e sem filhos, com claras funções de liderança, o livro de Judite se insere no conjunto dos “meguilôt” – Rute, Ester, Coélet e Cantares – nos quais a presença das mulheres é decisiva e marcante (p.16), e isto numa época de acentuada dominação masculina.

Quanto ao gênero literário, o livro apresenta-se como “histórico”, mas evidentemente não o é, dadas as incongruências e inexatidões em nomes, lugares e datas. Deveria o livro ser lido em chave apocalíptica, como sugerem alguns? Os autores preferem o gênero das “memórias populares”, presentes também em Josué, Juízes, Samuel, como também em Rute, Ester, 1Macabeus, nas quais se expressa uma coerente “teologia da história” (p.18). Por mim, penso tratar-se de um típico *midrax*: à luz do Êxodo, e à luz também da prodigiosa libertação de Jerusalém (Betúlia = *Betulâ*?) em 701 aC, por ocasião da invasão assíria de Senaquerib, o autor do livro, na época macabaica, expressa a sua convicção de que o Senhor novamente libertará seu povo... com a novidade: desta vez, pela mão de uma mulher!

A Introdução conclui com a “arquitetura do livro”, claramente construído em duas partes: a primeira, capítulos 1 a 7, marcada pela progressiva presença do mal que se abate sobre a terra e culmina com o desespero dos habitantes de Betúlia; e a segunda, capítulos 8 a 16, que descreve o caminho da libertação do povo sob a liderança de Judite. A primeira parte é subdividida



em três blocos (embora, na p. 19, se fale em dois, contra o que traz o Sumário): capítulos 1 a 3 (o imperialismo ameaçador), capítulos 4 e 5 (a hierocracia), e capítulos 6 e 7 (Betúlia no limite da resistência). A segunda, também em três blocos: capítulos 8 a 10 (apresentação de Judite), capítulos 11 a 13 (Judite e Holofernes), e capítulos 14 a 16 (celebração da vitória). E os autores concluem sua Introdução convidando o leitor a “saborear este livro, memória antiga do nosso Deus e de seu projeto de vida e liberdade, e memória permanente do bem que nos faz a mão da mulher” (p.21).

A partir da p. 23 começa o comentário propriamente dito, perícopes por perícopes, cada secção com seu título interpretativo. Esses títulos, bem pensados, induzem o leitor à leitura que os autores propõem. Assim, por exemplo, o título de 1,1-6: “a luta pela hegemonia imperialista”; ou o de 2,1-27: “o militarismo é a arma da dominação”. Na p. 33, desdobra-se o “domínio total” imposto por Nabucodonosor: é o “domínio político, domínio econômico, domínio social, e domínio ideológico”. A imposição “a todos os povos, línguas e tribos”, de “adorarem a Nabucodonosor como a um deus”, em 3,8, sugere aos autores a evocação de textos paralelos em Daniel e 1Macabeus (p.40).

O título geral dos capítulos 4 e 5 é “a hierocracia”, isto é, o exercício do poder pelos homens da religião, no caso, o sacerdócio sadocita de Jerusalém, com o Templo e a Lei. Na p. 44, um comentário característico: “Sem querer exagerar, nem confundir as idéias, podemos dizer que o orgulho blasfemo de Nabucodonosor. Os dois consideravam-se representantes de Deus e queriam governar em nome de Deus”... O capítulo 5 é epigrafado como “a teologia da retribuição”, sintetizada criticamente na p. 56, e da qual os autores afirmam: “Esta teologia só pode funcionar para quem está muito bem instalado. O pobre, o doente, o infeliz, só podem procurar qual o pecado que é responsável por seu sofrimento. E quando esta teologia é aplicada à história dos povos, chega a ser cínica... Esta é a teologia mais útil para os dominadores. Aos dominados, só resta clamar e se penitenciar” (p.56).

Na p. 75, ao terminarem seu comentário ao cap. 7º, que descreve a situação extrema de Betúlia, a qual está a ponto de entregar-se ao inimigo, os autores escrevem: “A história chegou ao seu clímax. É só virar a página”. De fato, o capítulo seguinte, com a apresentação de Judite, mostra os acontecimentos tomando outro rumo, pela entrada em cena daquela mulher que não se deixa dominar: “Judite, filha de Merari... filha de Israel” (8,1). No cap. 8,9-36 encontramos “a teologia de Judite” (p.80), “profetisa e juíza, como Débora” (p.82). Na p. 86: “Entender a situação de opressão do povo como fruto da culpa do povo é perverter a verdade, é falsificar a teologia. O pobre não é pobre porque é pecador, mas porque ‘os deuses feitos pela mão do homem’ o exploram e oprimem. Deus nunca há de afastar a sua misericórdia



do seu povo. A profecia de Judite deslancha. A partir desta certeza... ela alcança o ponto central da sua teologia: *E agora, irmãos, mostremos a nossos concidadãos que de nós depende a sua vida. E que em nossas mãos está a defesa do santuário, do templo e do altar*” (8,24).

Na p. 91, os autores nos mostram o contraste entre a Judite do cap. 8º, ativa e corajosa, discutindo de par a par com os anciãos de Betúlia”, e a do cap. 9º, que nos aparece “prostrada, com o rosto por terra... humilde diante de seu Deus”. E continuam: “Como Ester, como Susana, como os pobres e as pobres da história, ela sabe que tudo lhe vem de Deus, que a salvação a Ele pertence, mas ela será o instrumento!” Quanto ao sincronismo do v. 9,1b – *era exatamente a hora em que se oferecia o incenso da tarde, no Templo* – os autores observam: “Precisão de hora, de lugar, de oferta! A hora é a mesma, mas outro é o lugar: a tenda; outra a oferta: sua vida, para libertar o povo. É o novo culto agradável a Javé” (p.91). Mais adiante, assim é comentada a oração de Judite: “A violência feita a Dina (cf Gn 34) e a violência planejada contra o Santuário são iguais. O uso do mesmo verbo *bebeloîn* cria esta associação de idéias. Judite está identificando Dina e, nela, as mulheres violentadas e oprimidas da história, com o Santuário profanado pela violência do Império e por uma legislação a serviço de poucos grupos privilegiados, às custas de todo o povo e, sobretudo, das mulheres” (p.97).

Na p.99, ao comentarem o esmero com que Judite se enfeita para seduzir Holofernes (10,1-23), os autores recordam, em livros da mesma época, a Sulamita do Cântico, e Rute seduzindo Booz, Ester cativando Assuero, e Susana atraindo e denunciando os juízes de Israel. E prosseguem: “Não se pode tratar de simples coincidência. Tem sabor de polêmica, de conflito. Justamente no momento em que a mulher, por ter corpo de mulher, é vítima de toda uma legislação sacral que a faz permanentemente impura e, por isso, sujeita ao homem, aparece uma literatura diferente onde a mulher, por ter corpo de mulher, torna-se sujeito de salvação para todos” (p.99).

Na p. 101, assim é comentada a “bênção” dos anciãos da cidade sobre Judite, que sai sozinha de Betúlia (10,6-10): “Se somos capazes de abençoar, devemos assumir! Eles, porém, não saem do lugar. Só ficam olhando... Judite, pelo contrário, mostra que à verdadeira adoração de Deus deve seguir o compromisso.” Na p. 105, o comentário sobre a entrada de Judite na tenda de Holofernes, na qual os autores vêem uma analogia com o santuário de Jerusalém: “A mulher, que nem podia entrar no recinto sagrado, vai alcançar o lugar mais íntimo da tenda de Holofernes, e vai operar a salvação do povo! A vida do sumo sacerdote Joaquim, dos sacerdotes, dos chefes, depende do corpo bonito de uma mulher!”

No decorrer da entrevista com Holofernes, Judite astuciosamente argumenta com a teologia da retribuição, para assegurar a Holofernes que o



próprio Deus vai entregar os filhos de Israel em suas mãos, pois eles, na sua fome, haviam decidido comer o que era reservado aos sacerdotes e levitas de Jerusalém... (cf 11,12-13) E os autores comentam, com ironia: “Afim, não há nada que deixe Deus e o rei mais irritados do que ver o povo comer do fruto do trabalho de suas mãos, sem pagar os devidos tributos!” (p.109)

Na p. 118, o comentário sobre a prece de Judite (13,4-5), antes de ela realizar a sua façanha: “Judite reza. A prece silenciosa, que sai do íntimo do coração, substituiu o grito em voz alta que ela dirigiu a Deus em sua primeira súplica. O conteúdo, porém, é o mesmo: o poder do Senhor Deus de Israel e a mão de Judite estarão juntos. Deus vai socorrer Israel e Judite vai realizar o seu plano. Os inimigos serão derrotados por esta ‘dupla’ indivisível. Esta união vai ‘exaltar’ Jerusalém, muito mais do que todos os sacrifícios oferecidos no Templo”. E a seguir, na p. 119: “A Deus não se pedem milagres, mas força para amar e lutar”.

Na p. 122, os autores comentam a “sucessão de benditos” provocados pelo feito de Judite: “é o bendito do povo (13,17) para Deus, que derrotou os inimigos... e é o bendito de Ozias (13,18-20), que finalmente aprendeu tudo o que precisava saber: o poder de Deus e a mão de Judite não podem e não devem ser separados. Nunca!” E ainda, na mesma página: “A humilhação do povo não é algo que deve ser deixado para Deus resolver. Não. A humilhação, a que o povo está sujeitado, só acaba quando alguém tem a coragem de arriscar a vida”.

Os capítulos 14 a 16 (no comentário, pp. 123-143), são a descrição da vitória, agora com a participação do povo, mas ainda sob a liderança de Judite (14,1-4, cf p. 123). É significativo o modo como se dá o saque do acampamento de Holofernes, segundo os autores: “Os primeiros a se apoderar dos bens abandonados pelos inimigos em fuga não são os soldados: são os ‘outros’ habitantes de Betúlia, isto é, as mulheres, as crianças e os velhos. Os que tinham sido as maiores vítimas do cerco imposto por Holofernes (7,22-23), hoje se locupletam com abundância da riqueza abandonada.... Os soldados vêm depois. Ao voltarem da batalha, eles se apoderam do resto. Os abundantes despojos vão para as aldeias e os povoados. É para a periferia e não para o armazém central, é para a vida dos pequenos e não para a manutenção da economia nacional, que servem os despojos dos inimigos.” (p.129)

O livro poderia terminar ali, em 15,7, observam os autores (p. 129). Mas não. O texto prossegue com a vinda do Sumo Sacerdote de Jerusalém até Betúlia, “para ver Judite”. E o comentário prossegue, na p. 131: “Simbolicamente, o Templo e Jerusalém são obrigados a exaltar a mulher. A ‘casa da mulher’ é o novo centro desta liturgia de bênção: *Tu és a glória de*



Jerusalém...” (15,9) E continua, mostrando o contraste entre a cena final do livro do Sirácida, que descreve a liturgia solene do sumo sacerdote Simão, no templo de Jerusalém, com o povo prostrado para receber sua bênção (Sir 50,5-21), e esta liturgia popular de um povo alegre e livre, celebrando *as coisas boas que o Senhor concedera a Israel* (15,8) e que *Judite realizou* (15,10). Contraste igualmente entre a visão machista do mesmo livro do Sirácida, “produto do templo e da Sinagoga”... (p.131) e esta exaltação triunfal de Judite. A propósito do “desprezo e arrogância” com que o livro do Sirácida trata a mulher, exponho uma opinião mais abrangente, penso, da questão, no meu comentário a esse livro: PEREIRA, Ney Brasil, *Sirácida ou Eclesiástico, A Sabedoria de Jesus, filho de Sirac*, col. Comentário Bíblico, AT, Vozes/Sinodal, 1992, pp. 128-134.

O cântico de Judite (16,1-17) – escrevem os autores na p. 134 – continua “a tradição de Míriam e de Débora, mulheres profetisas, que conduziram a festa do povo que celebrava as maravilhas e as vitórias do nosso Deus”. Nesse cântico, “pela décima, e agora, última vez, o texto fala da ‘mão’ de Judite (16,5), que Deus todo-poderoso usou para ‘confundir’ os inimigos” (p.135). Ainda no cântico (16,16), a denúncia do sistema sacrificial: “O tamanho dos sacrifícios e holocaustos é assim reduzido a ‘micro’: pequeno, uma ‘coisinha de nada’, ainda por cima ‘insignificante’. ‘Mega’ mesmo, de tamanho visível e exemplar, ‘mega’ para sempre, é quem teme o Senhor: quem põe sua mão a serviço do seu projeto de vida e de justiça” (p.137-138).

Quanto a falhas no texto, de redação ou revisão, poucas. Anotei as seguintes: 1) na p. 12, na quarta alínea, trata-se de “Antíoco IV Epífanês”, não “Antíoco V”; 2) na p. 17, na primeira alínea do ponto 7, “estilo do texto escrito quase *todo*”, não “quase todos”; 3) na p.21, na última alínea, sugiro uma vírgula após “seu projeto de vida e liberdade”; 4) na p. 44, também sugiro uma vírgula na formulação do ditado popular: “mande quem quiser, o povo...”; 5) na p. 54, na alínea sobre a terra de Canaã, falta o pronome objeto: “Ninguém *a* vai tirar dele”; 6) na p. 55, na segunda alínea, se o “por que” é afirmativo, como parece, deve ser ligado: “Porque...”; 7) na p. 56, na segunda alínea, em vez de “judaitismo” deve ser, penso, “judaísmo”; 8) na p. 58, pelo meio da página, seria melhor identificar o profeta Miquéias, acrescentando “Ben Imlá”, ou “filho de Jemla”, como se lê na BJ, IRs 22,9; 9) na p. 76, na terceira linha, o significado de “Judite” é, antes, “a judia” que “a judaíta”; 10) na p. 80, na metade da página, “Deus sempre *ouve* o grito”, não “houve”; 11) na p. 91, em cima: “Chegamos *ao* coração *do* livro”, não “no coração no livro”; 12) na p. 100, o texto atribuído a Jerônimo, na Vulgata, não se encontra na Nova Vulgata; 13) na p. 101, na terceira alínea, dever-se-ia melhorar o fraseado: ...”as palavras que me *dissestes*”, não “disseste”; “as *vossas* ordens”, não “as suas ordens”; e “não ordenaram nada a não ser que ela



orasse para Deus mandar chuva”, em vez de “a não ser *dela* orar...”; 14) na p. 106, na última alínea, “Holofernes se arvora *em* juiz”, não “a juiz”; 15) na p. 107, na penúltima alínea, faltam vírgulas após “Deus, centro do universo, vivo e...”; 16) na p. 121, pela metade da página, “Holofernes, que pretendia *dominar* a terra”, não “libertar”; 17) na p. 129, na alínea sobre “o acampamento de Holofernes”, leia-se “*transformado*”, em vez de “transfomado”; 18) na p. 131, na terceira alínea, vírgula após “Aarão, o primeiro...”; 19) na p. 132, na segunda alínea, vírgula após “e, por fim, o templo,...”

Termino esta recensão, feita com prazer e proveito, após ter realizado o que os autores dizem no final da sua Introdução (p.21): Realmente “saboreei” este comentário ao Livro de Judite, “memória antiga do nosso Deus e de seu projeto de vida e de liberdade, e memória permanente do bem que nos faz a mão da mulher!”

Pe. Ney Brasil Pereira

Professor de Exegese Bíblica no ITESC

Endereço do Recensor:

ITESC - Cx. Postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS SC
E-mail: neybrasi@terra.com.br

TERRA DOS CARIJÓS

Tarcísio Marchiori

Ed. do Autor, Florianópolis, 2ª ed., 2000, 1 vol. broch. 140 x 210 mm., 90 p.

Pe. Tarcísio Marchiori é o inspirado poeta catarinense que já nos ofereceu “Vergot”, “O infinito sabor da Liberdade”, “Salmos dos que vencem a prova” etc, excelentes amostras do seu talento literário. Preferindo publicar suas obras em edições do Autor, praticamente sem divulgação, seu estro poético é reconhecido por um círculo exíguo de admiradores.

Neste “*Terra dos Carijós*”, ele incursiona pelas águas do romance histórico. E seu cenário não é outro que o litoral catarinense, nos primeiros lustros do século XVI, nos albores da nossa história.

Apoiando-se especialmente em L. Boiteux, na “*Pequena História de Santa Catarina*”, mas também citando outros documentos da época, por



exemplo, cartas de Nóbrega e Anchieta, T. Marchiori leva-nos a acompanhar os passos do guerreiro Membi e da meiga Jurerê, recompondo a epopéia trágica dos carijós. A técnica usada é a da justaposição entre presente e passado, o “presente” começando por volta de 1545, quando começa o extermínio dos nossos aborígenes, e o “passado” remontando a 1504, ano que coincide com a chegada de Gonville à Babitonga.

Muito sugestiva é a evocação histórica dos topônimos do nosso litoral. A primeira página é pura poesia, similar à do exórdio da “Iracema” de José de Alencar, mas genuinamente “catarina”.

Aí está, leitor, um breve, mas lindo romance-poema que você irá degustar com prazer. Irá encantar-se com o poeta e aprender com o historiador. E sentir-se-á mais ufano da sua terra, ao recuperar a memória de um passado tão lindo, embora tão efêmero e trágico por causa da cobiça e malvezes dos cristãos (!) colonizadores.

Endereço do Autor, p/ pedidos do livro:
a/c Seminário Divino Espírito Santo
rua Florianópolis, 915- bairro Itaum
89201-972 JOINVILLE, SC

Pe. Ney Brasil Pereira
Professor de Exegese Bíblica no ITESC

Endereço do Recensor:
ITESC - Cx. Postal 5041
88040-970 FLORIANÓPOLIS SC
E-mail: neybrasi@terra.com.br

ENCONTROS Teológicos

Diálogo inter-religioso

No início deste segundo semestre, tivemos a oportunidade de ouvir o Prof. Dr. **Jim Heisig**, um Padre americano da congregação do Verbo Divino, que se formou no México e na Europa e é atualmente Diretor do “Nanzan Institute of Religion and Culture” em Nagoya, no Japão, o qual esteve em várias universidades brasileiras, inclusive na vizinha UFSC, dando palestras sobre a relação entre o Cristianismo e as religiões orientais, especialmente o budismo e o xintoísmo. Sua viagem foi financiada pela Fundação Portikus, e o ITESC foi incluído em seu roteiro. Ele esteve entre nós no dia 2 de agosto, à tarde, das 14.30 às 17.30h, expondo a temática e respondendo às questões levantadas. Falou, naturalmente, em espanhol, despertando vivo interesse entre os participantes. – Ainda no mês de agosto, estive conosco **Pe. Vitório Cipriani**, da congregação dos Padres de São, especialista em estudos rabínicos e professor em centros teológicos de São Paulo. Como há vários anos vem fazendo, ele veio expor-nos os mais importantes aspectos do pensamento judaico. Esteve entre nós nos dias 27 e 28-8, trabalhando com a turma do segundo ano.

Romaria da Terra

Com a participação também de alunos e professores do ITESC, realizou-se em Rio dos Cedros, diocese de Blumenau, a **16ª Romaria da Terra** de Santa Catarina. Foi no dia 16 de setembro, Domingo, cinco dias depois do atentado terrorista em Nova York e Washington, que tanta emoção suscitou no mundo, enquanto continuamos anestesiados perante o atentado diário, constante, à vida dos pobres... Em todo caso, a Romaria quis ser um grito de paz e de boa vontade, um clamor por “terra, água e direitos” de todos, à luz do slogan tirado dos Atos dos Apóstolos: *E todos repartiam o pão* (At 2,46). Nas palavras de acolhida, **Dom Angélico Sândalo Bernardino**, bispo de Blumenau, assim se expressou: “No Congresso Eucarístico Nacional (de Campinas, em julho), ouvimos o convite e o aceitamos: ‘Venham todos para a Ceia do Senhor!’ Robustecidos pelo Pão Vivo descido do céu, estamos a caminho e, em Romaria, lutamos com as armas da Justiça e da Fraternidade, para que a terra, a água e o pão sejam partilhados, e não estocados nas mãos egoístas de poucos!”